

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.623 - MS (2014/0342877-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : WALDEMAR SILVA ALMEIDA**  
**RECORRENTE : THAIS MARIA MONTEIRO VENDAS**  
**ADVOGADO : JOSÉ SEBASTIÃO ESPÍNDOLA - MS004114**  
**RECORRIDO : NELSON QUINTAO FROES**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE AGUIAR BASTOS E OUTRO(S) - MS006052**  
**BENTO ADRIANO MONTEIRO DUALIBI E OUTRO(S) - MS005452**  
**CAMILA CAVALCANTE BASTOS E OUTRO(S) - MS016789**  
**RECORRIDO : MIRIAN SANDRI DE OLIVEIRA TRENTIN**  
**ADVOGADO : ANGELO SICHINEL DA SILVA E OUTRO(S) - MS008600**  
**RECORRIDO : FERNANDO LUTI BATONI**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE AGUIAR BASTOS E OUTRO(S) - MS006052**  
**BENTO ADRIANO MONTEIRO DUALIBI E OUTRO(S) - MS005452**  
**CAMILA CAVALCANTE BASTOS E OUTRO(S) - MS016789**

## EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO RESCISÓRIA. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. PAGAMENTO DE PRO-LABORE. A PARTIR DA DATA DO VENCIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

NELSON QUINTÃO FROES e outros (NELSON e outros) ajuizaram ação rescisória objetivando a rescisão de partes da sentença proferida na ação de exclusão de sócios minoritários proposta por WALDEMAR SILVA ALMEIDA e outra (WALDEMAR e outra) afirmando que houve condenação ao pagamento de pro labore com incidência de juros de mora desde a citação, ou seja, em data anterior à própria obrigação.

O TJMS julgou procedente a ação rescisória em acórdão, assim ementado:

*AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO DE EXCLUSÃO DE SÓCIO MINORITÁRIOS TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - FIXADO A PARTIR DA CITAÇÃO - MORA POSTERIOR - ERRO DE FATO - NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA DATA*

# Superior Tribunal de Justiça

*INICIAL - SENTENÇA RESCINDIDA EM PARTE - AÇÃO PROCEDENTE.*

*Se a condenação ao pagamento do pró-labore se deu a partir de novembro de 2004, quando este deixou de ser adimplido, ou seja, marco inicial da mora, não podem os juros ser contados de data anterior a essa (citação), já que são justamente vinculados à mora, devendo os juros de mora incidir a partir do descumprimento de cada obrigação mensal (e-STJ, fl. 935).*

Irresignados, WALDEMAR e outra interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, c, da CF, sustentando (1) a existência de divergência jurisprudencial sobre a incidência dos juros de mora, no caso de apuração de haveres em ação de dissolução parcial de sociedade, a partir da citação; e (2) a violação do art. 219 do CPC/73 e 405 do CC/02.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 998/1.001).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece ser conhecido.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## **(1) e (2) Do mérito**

WALDEMAR e outra sustentaram a existência de divergência jurisprudencial sobre a incidência dos juros de mora, no caso de apuração de haveres em ação de dissolução parcial de sociedade, a partir da citação. Aduziram a violação do art. 219 do CPC/73 e 405 do CC/02.

O TJMS consignou que na sentença houve a condenação ao pagamento do pro-labore a partir de 11/2004, mas com a incidência dos juros de mora de 1% a partir da citação, ressaltando que esta se deu em 4/2003, confira-se:

*Com relação à existência de erro de fato, tenho que assiste razão aos autores.*

*O comando que se busca rescindir foi exarado nos seguintes*

# Superior Tribunal de Justiça

*termos na sentença originária:*

*"Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para determinar a exclusão dos sócios Waldemar Silva Almeida e Thaís Maria Monteiro Vendas do quadro societário da empresa Med Rim, devendo ser efetuado o pagamento de RS 96.627,13 (noventa e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e treze centavos) para cada, a título de apuração final da dissolução da sociedade, valor este que deverá ser corrigido pelo IGP-M desde 05/2006. Deverá, ainda, ser efetuado o pagamento aos requeridos a título de pró-labore, do valor de RS 1.000,00 para cada um, da data de 11/2004, até a data desta sentença que os excluiu da sociedade, corrigidos monetariamente a partir da data em que deveriam ter sido pagos e juros de mora de 1% da citação."*  
(f. 33)

*Compulsando os autos, verifica-se que restou estipulado o pagamento aos requeridos Waldemar Silva Almeida e Thaís Maria Monteiro Vendas - sócios excluídos da sociedade - de pró-labore no valor de R\$ 1.000,00 para cada, a partir de novembro de 2004. No mesmo comando da sentença rescindenda, constou que sobre o valor incidirão juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, a qual ocorreu em 14/04/2003.*

*Diante das duas datas elencadas, é possível observar que há um desencontro entre as mesmas, já que se o pagamento do pró-labore ocorrerá a partir de novembro de 2004, ou seja, marco inicial da mora, não podem os juros ser contados de data anterior a essa, já que são justamente vinculados à mora.*

*[...]*

*Portanto, conforme anotado na sentença, os requeridos, sócios excluídos, deixaram de receber pró-labore a partir de novembro de 2004, sendo este o marco inicial da mora do pagamento a esse título, e, em consequência, o termo a partir do qual deverão incidir os juros mensais de mora.*

*[...]*

*Diante do exposto, e com o parecer, julgo procedente o pedido inicial, para desconstituir em parte a sentença proferida nos autos n. 0603164-43.2002.8.12.0001, estabelecendo como termo inicial dos juros de mora do pagamento de cada pró-labore o efetivo descumprimento de cada obrigação mensal, iniciando-se a contagem no mês de novembro de 2004.*

*Condeno os requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que arbitro, equitativamente, em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), considerando-se a curta duração da demanda, o grau de complexidade e o o proveito obtido, nos termos do § 3º, do art. 20, do CPC [...]*  
(e-STJ, fls. 939/942)

Cumprе esclarecer que não se discute o valor ou incidência dos juros

# *Superior Tribunal de Justiça*

sobre a condenação ao pagamento do valor de R\$ 96.627,13 (noventa e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e treze centavos) para cada autor, a título de apuração final da dissolução da sociedade, mas tão somente a incidência dos juros sobre o valor do pro-labore.

O acórdão paradigma tratou do pagamento do fundo de comércio e de sua integralização ao montante dos haveres do sócio retirante e, portanto, sem data de vencimento, fazendo incidir à regra do termo inicial a partir da citação.

Assim, forçoso reconhecer que não foi demonstrada a similitude fática entre o acórdão paradigma e o recorrido, porque esse, como já consignado, tratou exclusivamente da verba de pro-labore que possui vencimento certo.

Incide quanto ao ponto o óbice da Súmula nº 284 do STF.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator